REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2025 - **Accepted:** 13/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/j0236028
Pages: 1-15

CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE EM ESCOLAS DO O CAMPO: O CASO DA ESCOLA HERBERT DE SOUZA NA REGIÃO DO CONTESTADO, EM MARABÁ/PA

TEACHING WORKING CONDITIONS IN RURAL SCHOOLS: THE CASE OF ESCOLA HERBERT DE SOUZA IN THE CONTESTADO REGION, MARABÁ, BRAZIL

Cassilano Ferreira da Cruz
Mestrando em Administração Pública pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil
Contador da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil
E-mail: cassilano@unifesspa.edu.br

Gildeci Santos Pereira
Mestre em Educação e Cultura pela Universidade Federal do Pará, Brasil
Professora efetiva da Rede Pública Municipal de Ensino de Marabá-Pa, Brasil
E-mail: gil.bela@hotmail.com

Marcilene Feitosa Araújo
Doutora em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Brasil Professora titular da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará , Brasil
E-mail: marcilene@unifesspa.edu.br

Resumo

O estudo analisa as condições de trabalho enfrentadas pelos professores da Escola Herbert de Souza, localizada na região do Contestado, zona rural de Marabá, divisa com o município de Parauapebas/Pa, 263 km da sede municipal. A pesquisa se caracteriza como de natureza qualitativa e de caráter exploratório, ancorada em um estudo de caso. A ausência de políticas públicas municipais eficazes compromete a permanência docente e a qualidade do ensino ofertado nas escolas do campo. Ainda que os dispositivos legais como a Lei nº 9.424, de 1996, em seu art. 2º, determine a diferenciação do custo-aluno com vistas ao financiamento da educação escolar no campo, o Poder Público é responsável pelo atendimento das exigências de materiais didáticos, equipamentos, laboratórios e condições de deslocamento dos alunos e professors quando o atendimento escolar não puder ser assegurado diretamente nas comunidades rurais. O poder público municipal deve garantir aos profissionais da educação no campo uma remuneração digna, inclusão nos planos de carreira e institucionalização de programas de formação continuada. Como antecipação dos resultados, destaca-se o não pagamento do piso salarial aos profissionais do magistério, falta de transporte para garantir a locomoção dos professores, estradas intrafegáveis em períodos chuvosos, ausência de auxílio-moradia e gratificação por distância em valores insuficientes para a subsistência minimamente digna em uma região tão distante da sede municipal. No que se refere aos professores contratados (temporários), a remuneração é inferior a que é paga aos professores efetivos, mesmo o docente dispondo do mesmo nível de formação acadêmica, o que pode afetar o interesse do deste em atuar na educação na zona rural.

Palavras-chave: Escola do campo; educação básica, políticas públicas; trabalho docente

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2025 - **Accepted:** 13/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/j0236028
Pages: 1-15

Abstract

This study analyzes the working conditions faced by teachers at the Herbert de Souza School, located in the Contestado region, a rural area of Marabá, bordering the municipality of Parauapebas, Pará, 263 km from the municipal center. The research is qualitative and exploratory in nature, anchored in a case study. The lack of effective municipal public policies compromises teacher retention and the quality of education offered in rural schools. Although legal provisions such as Law No. 9,424 of 1996, in its Article 2, determine the differentiation of the cost per student for financing rural education, the government is responsible for meeting the requirements for teaching materials, equipment, laboratories, and transportation facilities for students and teachers when schooling cannot be provided directly in rural communities. The municipal government must guarantee rural education professionals fair pay, inclusion in career plans, and the institutionalization of continuing education programs. As a preview of the results, we highlight the non-payment of minimum wages to teaching professionals, the lack of transportation to ensure teachers' commute, impassable roads during rainy periods, the absence of housing assistance, and distance bonuses in amounts insufficient for a minimally dignified subsistence in a region so distant from the municipal center. Contracted (temporary) teachers receive lower pay than permanent teachers, even though they have the same level of academic training, which may affect their interest in working in education in rural areas.

Keywords: Rural school; basic education; public policies; teaching work;

1. Introdução

A trajetória da educação no Brasil é marcada por processos de exclusão e desigualdade que se perpetuam desde o período colonial. Nesse contexto, o acesso ao ensino formal esteve, por muito tempo, restrito às elites econômicas e sociais, em especial filhos de grandes proprietários, comerciantes e membros da elite urbana, que eram educados em instituições religiosas ou enviados à Europa para dar continuidade à sua formação superior (Saviani, 2008; Frigotto, 1997; Libâneo, 2012). Essa configuração elitista deixou marcas profundas na organização do sistema educacional brasileiro, resultando em desigualdades regionais e estruturais que ainda se refletem na atualidade.

Entre os segmentos mais impactados por esse processo histórico encontra-se a educação do campo, caracterizada por um conjunto de especificidades sociais, culturais e territoriais. Para Arroyo (2004), trata-se de um direito historicamente negado às populações camponesas, cuja efetivação depende da construção de políticas públicas contextualizadas. Caldart (2012) e Fernandes

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2025 - **Accepted:** 13/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/j0236028
Pages: 1-15

(2005) complementam essa perspectiva ao apontar que a escola do campo deve assumir não apenas uma função pedagógica, mas também um papel de resistência e de afirmação da identidade camponesa, vinculada às lutas sociais e territoriais.

A valorização docente nesse cenário apresenta-se como um desafio central. Apesar da existência de instrumentos legais, como a Lei nº 11.738/2008, que institui o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério, persistem dificuldades relacionadas à remuneração, à infraestrutura e às condições de permanência dos professores nas comunidades rurais. Nóvoa (1995) e Tardif (2002) ressaltam que a identidade profissional docente se constrói em meio a tensões históricas de desvalorização, enquanto Gatti (2009) evidencia que a formação e as políticas de carreira ainda não dialogam plenamente com as realidades locais, especialmente nas regiões mais afastadas.

No contexto amazônico, tais desafios tornam-se ainda mais expressivos. A dispersão territorial, a precariedade das estradas, a ausência de transporte público e as dificuldades de permanência dos professores nas comunidades ampliam as barreiras estruturais e institucionais para a efetivação do direito à educação (Silva, 2017; Souza, 2019).

De acordo com a proposta curricular do Município de Marabá, (MARABÁ, 2020), há 94 (noventa e quatro) escolas localizadas na zona rural do município, distribuídas em 5 (cinco) Polos, a saber: Polo de Parauapebas, Polo Margem da Ferrovia, Polo São Félix Rural, Polo PA 150 e Polo Rio Preto, tendo vinculadas a essas escolas 10.949 (dez mil, novecentos e quarenta e nove) estudantes, sendo: 1.683 no Ensino Infantil, 4.924 no Ensino fundamental de 1º ao 5º Ano, 4.042 no Ensino Fundamental de 1º ao 6º Ano, e 300 educandos no Ensino de Jovens e adultos. A organização do Sistema de Ensino dessas escolas variam entre Ensino seriado, multisseriado, regular e modular, modular/multisseriado, Escola de alternância Pedagógica e escolas de tempo integral.

Essa forma de organização é uma prorrogativa da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), que em seu Art. 23 estabelece que:

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2025 - **Accepted:** 13/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/j0236028
Pages: 1-15

> A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Nesse cenário, o Sistema de Ensino Modular se configura como uma estratégia para levar o Ensino fundamental e médio para as escolas do campo, sobretudo nas localidades de acesso difícil ou com dificuldades estruturais por conta da localização. Sendo esta e outras formas alternativas de oferta educacional estratégias de enfrentamento, porém, esse modelo tem enfrentado diversas limitações decorrentes da falta de políticas públicas estruturantes.

É nesse contexto que se insere a realidade da Escola Municipal de Ensino Fundamental Herbert de Souza, localizada no Polo Marabá/Parauapebas, na região do Contestado, no sudeste do Pará, em área de difícil acesso e localizada, há 263 km da sede municipal de Marabá. As condições de trabalho dos professores dessa unidade escolar refletem, de forma concreta, as contradições presentes nas políticas públicas voltadas à educação do campo, revelando tensões entre o discurso da valorização docente e a prática cotidiana de precarização laboral.

Assim, este artigo busca analisar as condições de trabalho dos docentes que atuam na Escola Herbert de Souza, destacando como os fatores estruturais, institucionais e sociais impactam a valorização profissional e, consequentemente, a qualidade da educação oferecida. Assim, a questão que se busca responder é: quais são a condições de trabalho dos docentes que atuam na Escola Herbert de Souza? O estudo ancora-se em aportes teóricos da educação do campo (Arroyo, Caldart, Molina), da valorização docente e da legislação educacional brasileira, articulando-os à análise empírica da realidade amazônica, com vistas a contribuir para o debate sobre políticas públicas, equidade territorial e efetivação do direito à educação básica no Brasil.

2. Revisão da Literatura

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2025 - **Accepted:** 13/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/j0236028
Pages: 1-15

Desde o período colonial, o acesso à educação formal no Brasil era extremamente restrito e concentrado nas camadas sociais mais privilegiadas. Somente os filhos de famílias abastadas, como comerciantes, grandes proprietários de terra e membros da elite urbana, tinham acesso a algum tipo de instrução organizada. Grande parte dessa formação ocorria por meio de escolas religiosas, administradas por ordens como os jesuítas, que transmitiam conteúdos voltados à catequese e à alfabetização básica (Saviani, 2008; Frigotto, 1997).

Para aqueles que buscavam educação superior, o Brasil não dispunha de universidades ou instituições equivalentes. Dessa forma, era comum que os jovens da elite fossem enviados à Europa, especialmente a Lisboa, em Portugal, para completar sua formação acadêmica e profissional (Libâneo, 2012; Saviani, 2008). Esse contexto evidencia a profunda desigualdade no acesso ao ensino, que permanecia restrito a uma minoria social, enquanto a grande maioria da população permanecia excluída do processo educacional.

A educação no Brasil colonial, portanto, estava marcada por um caráter elitista e seletivo, refletindo as estruturas sociais e econômicas da época. Somente a partir da abertura dos cursos superiores no início do século XIX e da instalação de instituições públicas de ensino, começou-se a expandir lentamente o acesso à educação formal para camadas mais amplas da população (Saviani, 2008; Frigotto, 1997).

Saviani (2008) observa que a formação do sistema educacional brasileiro se deu de forma tardia e permeada por exclusões sociais que repercutem até hoje na estrutura escolar. Para Libâneo (2012), a política educacional nacional enfrenta o desafio de garantir simultaneamente a universalização do acesso e a qualidade da aprendizagem, em um cenário de profundas disparidades regionais e socioeconômicas.

Do pensamento dos autores supracitados, depreende-se que exclusão ao sistema de ensino, causaram prejuízos históricos que são observados até a atualidade, sobretudo nas regiões mais afastadas do País, como é o caso analisado nesse artigo.

No que se refere às condições de trabalho docente, a literatura destaca tensões que envolvem a valorização da profissão e os processos de precarização. Nóvoa (1995) assinala que a identidade profissional do professor é construída em meio a desafios históricos de desvalorização social e salarial. Tardif (2002) acrescenta que os docentes atuam em contextos frequentemente adversos, que limitam a consolidação de práticas pedagógicas críticas e inovadoras. Já Gatti (2009) enfatiza que as políticas de formação docente ainda carecem de maior integração com a realidade escolar, o que fragiliza o

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2025 - **Accepted:** 13/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/j0236028
Pages: 1-15

enfrentamento das desigualdades educacionais.

Ao analisar a educação no campo, percebe-se um conjunto de especificidades que a diferenciam da educação urbana, pelas mais diversas razões, seja pela dificuldade de permanência dos educadores no campo, por vezes longe de suas famílias, seja por dificuldades estruturais, como estradas sem boa trafegabilidade, por desvalorização do pessoal docente, dentre outras. Arroyo (2004) argumenta que a educação do campo é um direito historicamente negado às populações camponesas, cuja efetivação exige políticas públicas contextualizadas. Para Caldart (2012), trata- se de uma pedagogia vinculada aos movimentos sociais, que busca reconhecer e valorizar a identidade cultural e territorial do campo. Fernandes (2005) reforça essa perspectiva ao compreender a escola como espaço de resistência, cuja função é afirmar a identidade camponesa e promover a emancipação social.

No contexto amazônico, a educação do campo apresenta desafios ainda mais acentuados. Silva (2017) ressalta que a dispersão territorial, as longas distâncias entre comunidades e a dificuldade de deslocamento são fatores que comprometem a universalização do ensino. Além disso, Souza (2019) evidencia que a precariedade da infraestrutura escolar e as dificuldades de fixação de professores nas comunidades são entraves significativos, que agravam as desigualdades regionais.

Esse conjunto de elementos se reflete de maneira concreta na realidade da Escola Municipal de Ensino Fundamental Herbert de Souza, situada na região do Contestado, há 263 kms do município de Marabá, numa região de difícil acesso, situada no limite dos municípios de Marabá e Parauapebas. As condições de trabalho docente nesse espaço dialogam diretamente com as análises de Arroyo (2004) e Souza (2019), uma vez que se observam obstáculos relacionados à infraestrutura, à valorização profissional e à própria permanência do professor em comunidades afastadas. Tal cenário revela a importância de analisar as condições de trabalho docente no campo como parte essencial da luta pela efetivação do direito à educação e pela valorização da escola pública em contextos rurais e amazônicos.

3. Metodologia

Como estratégia metodológica, optou-se pela realização de um estudo de abordagem qualitativa de caráter exploratório. Quanto aos procedimentos técnicos

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2025 - **Accepted:** 13/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/j0236028
Pages: 1-15

a pesquisa se caracteriza como um caso único. As técnicas de coleta de dados utilizadas foram o roteiro de entrevistas semiestruturadas, análise documental e a observação *in locu*. O roteiro de entrevistas , realizadas no mês de setembro/2025, foi composto por 10 (dez) questões; os participantes da pesquisa foram 05 (cinco) professores que atuam na escola objeto do estudo, distribuídos entre os segmentos da Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), configurando um grupo diverso e heterogêneo.

Dos docentes entrevistados, três são concursados e dois atuam em regime temporário/contratado; quatro são mulheres e um é homem. Todos possuem formação em cursos de licenciatura, sendo que as professoras da Educação Infantil são licenciadas em Pedagogia, enquanto o docente do sistema modular possui licenciatura em História. Os participantes situam-se na faixa etária entre 35 e 50 anos. Dentre eles, uma professora é casada e mãe de três filhos, enquanto quatro docentes são solteiros.

Cada entrevista teve duração média de 40 a 60 minutos e foi conduzida no formato de escuta ativa, de modo que os participantes puderam expressar-se livremente, construindo narrativas que refletiam suas vivências, percepções e respostas aos questionamentos propostos pelo pesquisador.

Todas as entrevistas foram realizadas na escola, em horários previamente acordados com os docentes, pois na avaliação deles, esse era um ambiente mais propício ao diálogo, ocasião em que os profissionais relataram suas dificuldades, desafios e perspectivas acerca das condições de trabalho no contexto escolar. Na visita *in locu*, se observou durante um dia, o cotidiano dos profissionais do magistério, bem como outros aspectos como infraestrutura dos alojamentos, condições de alimentação, trafegabilidade das estradas, dentre outros.

Complementarmente, procedeu-se à análise documental, com ênfase na Lei Municipal nº 17.474/2011, de 03 de novembro de 2011, com alterações posteriores pelas Leis Municipais nº 17.547/2012 e nº 17.782/2017, que institui e implanta o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos profissionais da educação pública do Município de Marabá. Também foram considerados o Regimento Escolar das Escolas Públicas Municipais de Marabá e a Lei Municipal nº 17.331/2008, de 30 de

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2025 - **Accepted:** 13/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/j0236028
Pages: 1-15

dezembro de 2008, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Civis da administração direta e indireta do Município de Marabá, Estado do Pará.

4. Resultados e Discussão

A unidade escolar analisada apresenta um corpo docente composto por cinco profissionais, sendo três concursados e dois contratados, cuja permanência na região se insere em um contexto marcado por desafios estruturais, institucionais e sociais complexos. A análise revela que os docentes contratados, apesar de possuírem formação superior, recebem remuneração equivalente à de profissionais com nível médio, evidenciando não apenas a desvalorização de sua qualificação acadêmica, mas também a precarização sistêmica das condições laborais na localidade.

Tal cenário é intensificado pela ausência de pagamento do piso salarial nacional do magistério por parte do município, ainda que este direito esteja garantido na Lei que regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, Lei nº 11.738/2008 (BRASIL/2008), o que compromete a valorização profissional, reduz a atratividade ao cargo e evidencia lacunas nas políticas públicas municipais, voltadas à educação, refletindo insuficiência de estratégias institucionais para a permanência e valorização de profissionais qualificados em territórios ocupados pelas populações do campo.

A problemática estrutural é ainda aprofundada pelo valor do percentual de vantagem (gratificação) em razão do difícil acesso às escolas localizadas na Zona Rural. O Plano de Cargos Carreiras e Remuneração dos profissionais da educação de Marabá, define uma gratificação de distância para os profissionais da educação lotados nas escolas localizadas na Zona Rural e uma gratificação pelo exercício de docência no sistema Modular de Ensino, sobre o salário-base de 20 horas de trabalho semanais, conforme explicitado no trecho a seguir:

> Art. 27 - A gratificação de difícil acesso às escolas localizadas na zona rural obedecerá aos seguintes critérios: I. De 51 a 100 km distantes da sede: 5% (cinco por cento); II – De 101 a 200 km distantes da sede: 10% (dez por cento); III – Acima de 200 km distantes da sede: 15% (quinze por cento).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2025 - **Accepted:** 13/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/j0236028
Pages: 1-15

> Art. 28 - A gratificação pelo exercício de docência no sistema modular de ensino, obedecerá aos seguintes critérios: I – De 51 a 100 km distantes da sede: 10% (dez por cento); II – De 101 a 200 km distantes da sede: 20% (vinte por cento); III – Acima de 200 km distantes da sede: 30% (trinta por cento). (MARABA/2017).

Entretanto, observa-se no próprio PCCR **(Plano de Cargos, Carreira e Remuneração)** a existência de uma condicionalidade quanto à concessão das gratificações, uma vez que o documento, em seu Art. 22, §1º, explicita que "as gratificações não são cumulativas, prevalecendo sempre a de percentual mais elevado". Tal dispositivo implica que o professor não pode acumular os dois tipos de gratificação, embora se refiram a naturezas distintas. Enquanto uma diz respeito ao deslocamento e à distância geográfica entre o local de residência e a escola, a outra se relaciona ao exercício da docência em regime modular, que exige do professor itinerância, percorrendo diversos circuitos e atuando em diferentes escolas, muitas vezes distantes de sua família e em condições adversas.

Embora a escola conte com uma casa de apoio administrativo dotada de boa estrutura física para acolher os profissionais, o afastamento prolongado de suas famílias impõe uma sensação constante de solidão. Para muitos, especialmente para os professores que têm filhos, o espaço de apoio, ainda que confortável, torna-se silencioso e melancólico com o passar dos dias; uma ausência que se revela com tanta ênfase, que chega envolver quem ouve, como nas palavras emocionadas de uma das profissionais que ali residem. As condições de infraestrutura regional também corroboram e intensificam tais limitações: trechos das estradas de acesso à comunidade tornam-se praticamente intransitáveis durante o período chuvoso, que compreende os meses de novembro a março do ano seguinte; o transporte funcional não é fornecido pelo município, impondo aos docentes o ônus integral de seus deslocamentos, causando o achatamento de suas remunerações, dadas a insuficiência para o deslocamento periódico dos profissionais; a alimentação também precisa ser custeada integralmente pelos professores, com um valor mensal de 564,00 disponibilizado pela prefeitura para cada servidor.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2025 - **Accepted:** 13/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/j0236028
Pages: 1-15

A integração das evidências provenientes de observações de campo e da análise documental — contemplando o Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Pública Municipal (PCCRPE/2017), o Regimento Escolar e o Regime Jurídico Único dos servidores municipais (RJU) (MARABÁ/2008) — evidenciam a complexidade estrutural e institucional do contexto de trabalho, demonstrando que os desafios enfrentados pelos docentes extrapolam dimensões individuais, configurando-se como manifestações de desigualdades territoriais, lacunas de políticas públicas e limitações de gestão municipal. Esses fatores impactam diretamente a sustentabilidade do corpo docente e a qualidade da oferta educativa, sinalizando que a problemática do trabalho docente em regiões remotas deve ser compreendida à luz de uma abordagem estrutural e sistêmica.

Sob essa perspectiva, os professores vivenciam intenso desgaste emocional e psicológico decorrente da distância prolongada em relação a seus familiares, situação agravada dentre outros fatores, pela necessidade de custear integralmente sua alimentação, auxilio deslocamento insuficiente, achatamento salarial, o que repercute negativamente sobre sua saúde física e mental. A ausência de suporte institucional adequado contribui para o absenteísmo frequente, redução da produtividade e dificuldades no cumprimento do mínimo de dias letivos estabelecidos pela legislação vigente.

Em consequência, a qualidade do ensino ministrado é comprometida, afetando diretamente o processo de aprendizagem dos estudantes e a efetividade das práticas pedagógicas da unidade escolar. Tal constatação evidencia que os desafios enfrentados pelos docentes não se restringem ao plano individual, mas emergem de uma trama complexa de insuficiências estruturais, lacunas de gestão e fragilidades nas políticas públicas educacionais, reforçando a necessidade de estratégias integradas para a valorização profissional, a equidade territorial e a melhoria da qualidade educativa em contextos periféricos.

5. Conclusão

O estudo buscou analisar as condições de trabalho dos docentes que atuam

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2025 - **Accepted:** 13/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/j0236028
Pages: 1-15

na Escola Herbert de Souza, destacando como os fatores estruturais, institucionais e sociais impactam a valorização profissional e, consequentemente, a qualidade da educação oferecida. Assim, a questão que se buscou responder foi: Quais as condições de trabalho dos docentes que atuam na Escola Herbert de Souza?

A análise da realidade da Escola Herbert de Souza evidencia as contradições estruturais presentes nas políticas públicas voltadas à educação do campo, especialmente nas localidades mais distantes das sedes municipais. Nesses contextos, a desvalorização profissional, associada à precariedade das condições de trabalho e à insuficiência de infraestrutura básica, revela-se de forma acentuada, demonstrando que os discursos oficiais sobre valorização do magistério frequentemente não se traduzem em práticas efetivas.

A ausência de cumprimento da legislação que assegura direitos aos docentes, somada a condições laborais desfavoráveis, compromete a permanência dos profissionais e, consequentemente, a qualidade da educação ofertada às populações rurais. A análise realizada evidencia que as condições de trabalho dos docentes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Herbert de Souza são marcadas por múltiplas dimensões de precarização — estruturais, institucionais e sociais — que comprometem a valorização profissional e, por consequência, a qualidade da educação ofertada.Apesar da existência de uma casa de apoio administrativo com boa estrutura física, as adversidades impostas pela distância geográfica, pela ausência de transporte funcional, pela insuficiência das gratificações e pelo não pagamento do piso salarial nacional revelam o descompasso entre o discurso de valorização docente e a realidade vivenciada pelos professores no campo. O isolamento prolongado, sobretudo entre aqueles que possuem filhos, agrava o desgaste emocional e psicológico, refletindo o impacto humano das políticas educacionais insuficientes.

Além disso, a precariedade das estradas, o custeio próprio da alimentação e o baixo incentivo financeiro tornam a permanência na localidade um desafio constante, que se estende para a prática pedagógica e para o próprio processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, as condições de trabalho observadas na Escola Herbert de Souza não se restringem a questões individuais, mas expressam

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2025 - **Accepted:** 13/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/j0236028
Pages: 1-15

desigualdades históricas e territoriais que atravessam a educação do campo amazônico.

Esse quadro reforça a necessidade de políticas públicas mais sensíveis às especificidades regionais, capazes de garantir remuneração justa, infraestrutura adequada e apoio institucional efetivo. Somente mediante ações integradas e sustentáveis será possível assegurar a valorização docente e a oferta de uma educação básica de qualidade, equitativa e socialmente referenciada para as populações rurais.

A superação desse quadro exige a implementação de estratégias estruturais e integradas, que articulem políticas públicas, gestão institucional e desenvolvimento territorial. Entre as medidas prioritárias, destacam-se:

- Garantia do pagamento integral do piso salarial nacional do magistério, assegurando equidade remuneratória e valorização profissional;
- Adequação da gratificação por deslocamento aos custos reais de permanência na localidade, promovendo condições materiais compatíveis com a distância e o tempo de deslocamento;
- Melhoria das condições habitacionais e fornecimento de alimentação adequada, assegurando condições mínimas de subsistência e bem-estar docente;
- Disponibilização de transporte regular pela administração municipal, garantindo mobilidade contínua e segurança no acesso à escola;
- Investimentos consistentes em infraestrutura viária, visando à conectividade e ao acesso permanente à unidade escolar;
- Implementação de programas de formação superior direcionados a estudantes oriundos de regiões periféricas, favorecendo a capacitação local e promovendo a fixação de profissionais nas próprias comunidades de origem, dada a maior propensão desses indivíduos a permanecerem na região.

Essas medidas ressaltam que a valorização docente não é apenas uma questão individual, mas um elemento estrutural imprescindível para a sustentabilidade do corpo docente e para a efetivação do direito constitucional à educação básica de qualidade em contextos rurais. Assim, a garantia de políticas públicas consistentes, aliada a investimentos em infraestrutura e estratégias de

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2025 - **Accepted:** 13/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/j0236028
Pages: 1-15

formação contextualizadas, constitui condição *sine qua non* para reduzir desigualdades territoriais, fortalecer a permanência de profissionais qualificados e assegurar uma educação equitativa, inclusiva e de qualidade às populações do campo.

Referências

ARROYO, Miguel González. **Educação do campo: direitos humanos e justiça social**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 88, p. 935-954, out. 2004.

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. **Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 5 out.

2025.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra e a educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação do campo e a pedagogia da luta pela terra**. In: ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (orgs.). **Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2005. p. 199-216.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e sociedade: a educação brasileira em perspectiva histórica e social**. São Paulo: Cortez, 1997.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2025 - **Accepted:** 13/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/j0236028
Pages: 1-15

GATTI, Bernardete A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1355-1379, out./dez. 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARABÁ (PA). Lei nº 17.474, de 3 de novembro de 2011. **Institui e implanta o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Pública Municipal e dá outras providências**. Marabá, PA, 2011. Alterada pelas Leis nº 17.547/2012 e nº 17.782/2017.

MARABÁ (PA). Lei nº 17.331, de 30 de dezembro de 2008. **Institui o Estatuto dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta e Indireta do Município de Marabá, Estado do Pará.** Marabá, PA, 2008.

MARABÁ (PA). Conselho Municipal de Educação. **Proposta de Regimento Escolar das Escolas Públicas Municipais de Marabá**. Marabá/ PA, 2007.

NÓVOA, António (org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Ademar de Almeida da. **Políticas educacionais e desafios da educação na Amazônia rural**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 55, n. 43, p. 215-238, 2017.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2025 - **Accepted:** 13/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/j0236028
Pages: 1-15